

PAULO DE BESSA ANTUNES



COMENTÁRIOS  
AO NOVO  
CÓDIGO FLORESTAL

LEI Nº 12.651/12

ATUALIZADO DE ACORDO COM A LEI Nº 12.727/12

SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. – 2013

© 2012 by Editora Atlas S.A.

Capa: Leonardo Hermano  
Composição: Entexto – Diagramação de textos



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Antunes, Paulo de Bessa

Comentário ao novo código florestal / Paulo de Bessa Antunes.

-- atual. de acordo com a Lei nº 12.727/12. --

São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-7582-7

eISBN 978-85-224-7755-5

1. Florestas – Leis e Legislação – Brasil I. Título.

12-14163

CDU-347.243.8(81)(094.46)

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil: Leis: Comentários: Código florestal 347.243.8(81)(094.46)

2. Leis: Comentários: Brasil: Código florestal 347.243.8(81)(094.46)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

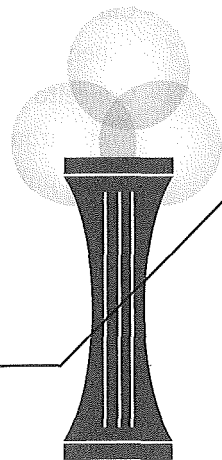
Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.  
Rua Conselheiro Nébias, 1384  
Campos Elísios  
01203 904 São Paulo SP  
011 3357 9144  
atlas.com.br

# SUMÁRIO

---



*Índice sistemático do Código Florestal*, ix

*Advertência*, xi

## **Introdução**, 1

1.1 Abrangência do Novo Código Florestal, 3

1.1.1 Principais características de Leis Florestais de países estrangeiros, 4

## **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**, 7

1 – Breve história do direito florestal brasileiro, 9

O Decreto nº 4.421, de 28 de dezembro de 1921, 11

1.1 – Código Florestal de 1934, 14

2 – Propriedade das terras no Brasil, 16

1 – Competências constitucionais em matéria florestal, 22

1.1 – Evolução da competência constitucional em matéria de florestas, 26

1.2 – O problema jurídico da norma geral, 29

2 – Repartição de competências administrativas em matéria florestal, 32

3 – O conteúdo do artigo 1º – A, 34

3.1 – Os princípios do artigo 1º – A, 36

1 – Natureza Jurídica e conceito de floresta, 38

2 – Uso “irregular” da propriedade, 43

3 – Caráter *Propter Rem* da obrigação, 44

1 – Aspectos gerais, 64

2 – Conceito jurídico de área de preservação permanente, 64

3 – Áreas urbanas e proteção de florestas e vegetação nativa, 66

4 – Terras públicas, 69

5 – Alguns pontos polêmicos dos conceitos legais, 71

5.1 – Borda da calha de leito regular, 71

5.2 – Jurisprudência, 77

5.3 – Restinga como fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues, 82

6 – Área de preservação permanente com função de proteção de recursos hídricos, 86

7 – Demais áreas de preservação permanente, 88

*Apêndice*, 321

*Referências Bibliográficas*, 337

*Índice Remissivo*, 343